

# **PAUL HUGO WEBERBAUER**

Professor Associado de Direito Internacional Privado  
na Faculdade de Direito do Recife/UFPE.

Mestre e Doutor em Direito pela UFPE. Bacharel  
pela Universidade de Vila Velha.

## **COMENTÁRIOS SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO**



Belo Horizonte

2022



Copyright © 2021 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

1289401

EDITORA DEL REY LTDA. [www.editoradelrey.com.br](http://www.editoradelrey.com.br)

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuzza (*in memoriam*)

Coordenação Editorial: Leticia Neves

Diagramação: Know-how Editorial

Revisão: Leticia Maria Maciel de Moraes

Aquarela da capa: Gabriela Trad Mascarenhas

Arte da Capa: Anna Clara Fornellos Almeida

**Editora:**

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24  
Centro – Belo Horizonte – MG  
CEP 30190-050

**Comercial:**

Tel.: (31) 3284-3284  
[vendas@editoradelrey.com.br](mailto:vendas@editoradelrey.com.br)

**Editorial:**

[editorial@editoradelrey.com.br](mailto:editorial@editoradelrey.com.br)  
Tel.: (31) 2516-3340

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gaio Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme de Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Rénan Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

W373c Weberbauer, Paul Hugo  
Comentários sobre o direito internacional privado brasileiro /  
Paul Hugo Weberbauer. -- Belo Horizonte: Del Rey, 2021.  
664 p.: il.

Bibliografia: p. 623-645.  
ISBN 978-65-00-31584-4

1. Direito internacional privado. 2. Direito - Metodologia.  
3. Direito internacional privado - Direito de família.  
4. Direito internacional privado - Cidadania. 5. Direito  
internacional privado - Brasil. I. Título.

CDU: 341.5

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
Capítulo 1	
<b>O que é direito internacional privado? .....</b>	<b>5</b>
1.1 Nova realidade, antigos pecados .....	5
1.2 O direito que não é direito? .....	6
1.3 <i>Ius gentium privatum</i> .....	10
1.4 O privado do direito internacional privado.....	12
1.5 O direito internacional privado é.....	14
Capítulo 2	
<b>O fenômeno razão de ser do direito internacional privado .....</b>	<b>15</b>
2.1 O problema da soberania e a finalidade do direito internacional privado .....	15
2.2 A manifestação ontológica da diversidade legislativa: o fato extranacional .....	18
Capítulo 3	
<b>O dilema dos objetos do direito internacional privado .....</b>	<b>21</b>
Capítulo 4	
<b>O direito internacional privado e o fenômeno da uniformização do direito .....</b>	<b>25</b>
Capítulo 5	
<b>As fontes do direito internacional privado .....</b>	<b>29</b>
5.1 A teoria geral das fontes do direito internacional privado .....	29
5.2 O direito internacional privado pós-moderno e o diálogo das fontes .....	30
5.3 O <i>soft law</i> .....	33
5.4 A <i>lex mercatoria</i> .....	36
5.5 As três dificuldades das fontes do direito internacional privado brasileiro .....	38
5.5.1 As convenções não ratificadas no direito internacional privado .....	38
5.5.2 As interpretações do art. 4º da LINDB: fontes formais e fontes materiais .....	40

5.5.3	Qual o arcabouço jurídico aplicável pelo direito internacional privado brasileiro para determinar a solução do conflito de leis oriundo do fato extranacional? .....	42
5.5.4	O direito internacional privado é direito nacional ou direito internacional?.....	43
5.5.5	Nossa opinião sobre essa problemática .....	47
<b>Capítulo 6</b>		
	<i>As normas do direito internacional privado</i> .....	49
6.1	A questão terminológica .....	49
6.2	Natureza das normas de direito internacional privado.....	50
6.3	A estrutura das normas de direito internacional privado .....	53
<b>Capítulo 7</b>		
	<i>Rascunho sobre metodologia do direito</i> .....	59
7.1	Uma explicação necessária .....	59
7.2	A ciência jurídica é histórica: os elementos históricos e filológicos do conceito jurídico.....	61
7.3	A ciência do direito é filosófica: o elemento filosófico no conceito jurídico.....	63
7.4	Método e direito.....	67
<b>Capítulo 8</b>		
	<i>O método colisional</i> .....	73
8.1	Analisar & interpretar? O método colisional .....	73
8.2	A teoria da qualificação internacional.....	74
8.2.1	Topologia dos conceitos x o plano da existência.....	74
8.2.2	Os elementos da relação jurídica e a compreensão de sua existência... ..	76
8.2.3	Teorias da qualificação: <i>lex fori</i> , <i>lex causae</i> e “por referência” .....	80
8.2.4	O Resp. 1.628.974-SP e a qualificação no Brasil.....	85
8.3	A teoria dos elementos de conexão.....	87
8.3.1	O que é um elemento de conexão?.....	87
8.3.2	<i>Babcock v. Jackson</i> : a “ <i>governmental interest analysis</i> ” a “ <i>best practical result</i> ” do <i>common law</i> . A materialização do direito internacional privado .....	89
8.3.3	“ <i>Prélèvement</i> ” e o critério hermenêutico da lei mais favorável.....	94
8.3.4	O “ <i>dépeçage</i> ” .....	96
8.3.5	Unilateral, multilateral, cosmopolita: considerações finais sobre método colisional e as quatro dimensões do fato extranacional.....	99
<b>Capítulo 9</b>		
	<i>O direito internacional privado brasileiro</i> .....	103
9.1	A doutrina da solução dos conflitos de leis do DIPr.....	103
9.1.1	O que é o conflito de leis do direito internacional privado (DIPr)? .....	103

9.1.2	O que o conflito de leis do DIPr não é .....	107
9.2	O incidente processual do direito internacional privado no Brasil .....	109

## Capítulo 10

### ***Lex domicilii*: os estatutos pessoais no direito internacional privado brasileiro .....**

10.1	O instituto do domicílio .....	111
10.1.1	Moradia, residência e domicílio da pessoa física .....	111
10.1.2	Os diferentes tipos de domicílio da pessoa física .....	113
10.1.3	O domicílio das pessoas jurídicas: a sede .....	117
10.2	Os estatutos pessoais .....	119
10.2.1	A <i>summa divisio legum</i> do direito internacional privado .....	119
10.2.2	Os atributos e as aptidões da pessoa física: personalidade, estado e capacidade .....	120
10.3	O elemento de conexão domicílio .....	125
10.3.1	O art. 7º da LINDB .....	125
10.3.2	A questão da multiplicidade de domicílios .....	133
10.3.3	Os conflitos móveis: a mudança do estatuto pessoal .....	135
10.3.4	Os vagamundos, vagabundos ou “adômides”: a ausência de domicílio .....	138
10.3.5	A questão da capacidade no direito cambiário .....	138
10.3.6	A questão da capacidade para suceder: art. 10º, § 2º, da LINDB .....	144
10.3.7	O art. 7º da LINDB e o direito de família moderno .....	148
10.3.7.1	Uma regulamentação econômica .....	148
10.3.7.2	A união estável: como interpretar o “direito de família” do art. 7º, <i>caput</i> , da LINDB .....	148
10.3.7.3	O casamento e o direito de família em geral: celebração, os impedimentos dirimentes, a anulação, regime de bens etc .....	152
10.3.7.4	O casamento homoafetivo .....	158
10.3.7.5	Um olhar para o futuro: estatuto da diversidade sexual e gênero ou da família? .....	165
10.3.8	Sobre o Código de Bustamante e sua aplicabilidade no direito internacional privado brasileiro .....	166

## Capítulo 11

### ***Lex rei sitae*: os estatutos reais no direito internacional privado brasileiro .....**

11.1	Os estatutos reais ou o tratamento dos bens (coisas) no direito brasileiro .....	171
11.1.1	Dos conceitos e das definições .....	171
11.1.2	Das classificações .....	174
11.2	<i>Lex rei sitae</i> : o art. 8º da LINDB .....	179

11.3	<i>Res in transitu</i> – os bens móveis em deslocamento .....	183
11.3.1	Redação infeliz, uma regulamentação genérica – o art. 8º, § 1º, da LINDB .....	183
11.3.2	<i>Res in transitu</i> no contrato de transporte .....	186
11.3.2.1	A mercadoria – os bens sob contrato .....	186
11.3.2.2	A carga e os contêineres .....	192
11.3.2.3	As bagagens .....	198
11.4	A questão dos animais não humanos .....	203
11.5	Os direitos reais de garantia .....	206
11.5.1	Os direitos reais (visão geral) .....	206
11.5.2	A hipoteca .....	208
11.5.3	O penhor – art. 8º, § 2º, da LINDB .....	216
11.5.4	A anticrese .....	222
11.5.5	O equívoco da legislação brasileira de direito internacional privado quanto à regulamentação dos direitos reais em garantia ....	224
11.6	Dos bens na sucessão .....	226
11.6.1	A herança e sua natureza jurídica .....	226
11.6.2	O art. 10 da LINDB: visão geral da sucessão de bens .....	228
11.6.2.1	Universalidade sucessória e pluralidade sucessória .....	228
11.6.2.2	Resp. n. 1.362.400-SP (2012/0219242-9): o caso Susemihl .....	232
11.6.2.3	O “curioso” caso do art. 10, § 1º, da LINDB e o art. 227, § 6º, da CF .....	234
11.7	A massa falida .....	238
11.7.1	Visão geral do processo de falência ou a formação da massa falida .....	238
11.7.2	Aspectos de direito internacional privado da falência .....	241
11.8	A questão da propriedade intelectual .....	251
11.8.1	Visão geral da propriedade intelectual .....	251
11.8.2	O direito autoral .....	253
11.8.2.1	<i>Copyright</i> ou <i>droit d’auteur</i> ? .....	253
11.8.2.2	Os direitos autorais no Brasil: uma visão geral .....	264
11.8.2.3	O regime internacional dos direitos autorais: o art. 2º da Lei n. 9.610/1998 e o Código de Bustamante .....	268
11.8.3	A propriedade industrial .....	272
11.8.3.1	Noções elementares sobre propriedade industrial .....	272
11.8.3.2	O regime internacional dos direitos autorais: o art. 3º da Lei n. 9.279 e o Código de Bustamante .....	275

## Capítulo 12

<b>O Estatuto Aéreo .....</b>	<b>281</b>
12.1 A aviação civil.....	281
12.2 As aeronaves .....	286
12.2.1 Visão geral das aeronaves e a delimitação necessária para nosso estudo .....	286
12.2.2 Uma consideração necessária: os <i>drones</i> .....	289
12.3 As regras de direito internacional privado .....	294
12.3.1 Aeronave como território: arts. 3º, 4º e 5º do Código Aeronáutico .....	294
12.3.2 Aeronave como bem (coisa): arts. 6º e 7º do Código Aeronáutico.....	299
12.3.2.1 Direitos reais: o art. 6º do Código Aeronáutico e a nacionalidade da aeronave.....	299
12.3.2.2 As medidas assecuratórias: o art. 7º do Código Aeronáutico	303
12.3.3 A aeronave como meio de transporte ou breves considerações sobre os demais aspectos do Código Aeronáutico de direito internacional privado.....	306

## Capítulo 13

<b>O Estatuto Naval .....</b>	<b>311</b>
13.1 Navios ou embarcações? Uma questão de conceitos.....	311
13.2 O navio no direito internacional privado.....	318
13.2.1 O navio como extensão do território de um Estado .....	318
13.2.2 O navio como bem (coisa).....	324
13.2.2.1 “ <i>Res conexa</i> ” ou uma unidade jurídica personalizada: a complexa natureza jurídica do navio.....	324
13.2.2.2 A nacionalidade do navio .....	327
13.2.2.2.1 Visão geral.....	327
13.2.2.2.2 A nacionalidade brasileira .....	330
13.2.2.3 A nacionalidade e os direitos reais: a propriedade e a hipoteca marítima .....	336
13.2.2.4 O Recurso Especial n. 1.705.222-SP (2017/00654899-5) .....	340
13.2.3 O navio como meio de transporte: as “obrigações marítimas” .....	349
13.2.4 Um adendo: o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 487/2013.....	354

## Capítulo 14

<b>Locus regit actum: o direito das obrigações no direito internacional privado brasileiro .....</b>	<b>359</b>
14.1 Noções elementares sobre as obrigações jurídicas.....	359
14.2 A regra geral: o problemático art. 9º da LINDB .....	361
14.2.1 O art. 9º da LINDB como resultado de um processo de simplificação....	361
14.2.2 O ininteligível e o “ajeitadinho”: os §§ 1º e 2º do art. 9º da LINDB....	365

14.3	A primeira especificidade: a responsabilidade civil .....	372
14.4	A segunda especificidade: as obrigações trabalhistas .....	378
14.5	A terceira especificidade: as obrigações cambiais .....	389
14.6	O estatuto volitivo .....	394
14.6.1	A autonomia da vontade.....	394
14.6.2	Uma omissão complicada: a polêmica do art. 9º da LINDB .....	399
14.6.3	O aspecto instrumental da autonomia da vontade .....	405
14.6.3.1	A cláusula de solução de controvérsias: a eleição de foro....	405
14.6.3.2	A cláusula de solução de controvérsias: a arbitragem.....	409
14.6.4	A função negativa da autonomia da vontade (breves considerações)....	412
14.6.5	Perspectivas legislativas sobre as obrigações no direito internacional privado brasileiro.....	415

## Capítulo 15

	<b><i>Da aplicação do direito estrangeiro</i></b> .....	<b>421</b>
15.1	Informação (“prova”) do direito estrangeiro .....	421
15.1.1	A natureza processual do direito estrangeiro incidente: o pseudodebate “fato ou direito?” .....	421
15.1.2	A “prova” que não é prova: sobre a informação acerca do direito estrangeiro .....	428
15.1.3	Uma breve consideração sobre o desenvolvimento legislativo no Brasil da informação acerca do direito estrangeiro.....	429
15.1.4	Do procedimento para obtenção da informação do direito estrangeiro..	436
15.1.5	A questão do recurso de cassação.....	440
15.2	O problema das lacunas do direito estrangeiro.....	444
15.3	A teoria do reenvio .....	450
15.3.1	A teoria do reenvio: uma questão hermenêutica (ou um sofisma?)..	450
15.3.2	O reenvio prejudicial .....	459
15.4	O princípio da interpretação autônoma das normas internacionais .....	462
15.5	A questão prévia .....	465

## Capítulo 16

	<b><i>Dos limites e das excludentes da aplicação do direito estrangeiro</i></b> .....	<b>469</b>
16.1	Reflexo da soberania no direito internacional privado .....	469
16.2	A excludente de aplicação do direito estrangeiro: o princípio da ordem pública internacional.....	472
16.2.1	Ordem pública: nacional, internacional e universal.....	472
16.2.2	O princípio da ordem pública internacional.....	476
16.2.3	A ordem pública internacional brasileira .....	485
16.2.3.1	A peculiar evolução legislativa da ordem pública internacional brasileira.....	485



16.2.3.2	A interpretação do princípio da ordem pública internacional brasileira.....	491
16.2.3.3	Direitos humanos e o princípio da ordem pública internacional.....	499
16.3	Os limites para aplicação do direito estrangeiro.....	500
16.3.1	O fenômeno das normas de aplicação imediata ( <i>eingriffsrecht</i> ).....	500
16.3.2	A fraude à lei: o combate ao <i>forum shopping</i> .....	506
16.3.3	A instituição desconhecida.....	509
16.4	A questão do controle de constitucionalidade.....	514
16.4.1	<i>Bverfge</i> 31, 58 – <i>spanier-beschluß</i> .....	514
16.4.2	A questão do controle de constitucionalidade no direito internacional privado brasileiro.....	524
16.4.2.1	A “constitucionalização do direito internacional privado brasileiro”.....	524
16.4.2.2	O controle de constitucionalidade no direito internacional privado brasileiro.....	529
16.4.3	Um adendo: “a teoria da Katchanga”.....	534
16.5	A questão do controle de convencionalidade.....	537
16.5.1	A EC n. 45 e RE n. 466.343-SP.....	537
16.5.2	O controle de convencionalidade como limite da aplicação do direito estrangeiro.....	540

## Capítulo 17

	<b><i>A teoria dos direitos adquiridos e seu reconhecimento internacional</i></b> .....	<b>545</b>
17.1	Direito e tempo.....	545
17.1.1	Direitos adquiridos: um conceito complexo.....	545
17.1.2	A aplicação direta e indireta do direito estrangeiro.....	549
17.2	Direitos adquiridos no direito internacional privado.....	551
17.2.1	Direito adquirido como parte do conflito de leis.....	551
17.2.2	A doutrina dos <i>vested rights</i> .....	553
17.2.3	A teoria dos <i>droit acquis</i> .....	561
17.2.4	Nossa opinião sobre os direitos adquiridos no direito internacional privado.....	565
17.2.4.1	Direito adquirido como aquisição de um <i>status</i> jurídico....	565
17.2.4.2	Para compreender melhor: o caso Aquarius.....	566

## Capítulo 18

	<b><i>Aspectos processuais do direito internacional privado</i></b> .....	<b>569</b>
18.1	Cooperação jurídica internacional e o auxílio direto.....	569
18.2	A prova (processual) estrangeira.....	580

18.2.1	Duas lições processuais sobre a prova .....	580
18.2.2	A prova processual estrangeira: o art. 13 da LINDB .....	584
18.3	A homologação de decisão estrangeira .....	590
18.3.1	O instituto jurídico da homologação de decisão estrangeira .....	590
18.3.2	A homologação de sentenças em matéria civil e comercial .....	592
18.3.2.1	Visão geral do instituto: sistemas, requisitos e procedimento .....	592
18.3.2.2	Situações específicas: homologação parcial e desnecessidade de homologação .....	596
18.3.3	A homologação de sentenças penais .....	599
18.3.3.1	Uma temática complexa .....	599
18.3.3.2	A questão do procedimento: os arts. 787 a 790 do CPP....	602
18.3.3.3	Não confunda homologação com cumprimento de pena, extradição e nem entrega .....	608
18.3.4	A homologação de laudo arbitral ou sentença arbitral .....	610
18.3.5	Concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória .....	617
	<b><i>Um comentário final</i></b> .....	<b>621</b>
	<b><i>Referências</i></b> .....	<b>623</b>